

Funaro assume erros do Plano Cruzado

Fernando Henrique se considera "frustrado"

O encontro do ministro Dilson Funaro com a bancada do PMDB, reunida ontem no auditório Petrólio Portela, não surtiu os efeitos esperados pela maioria dos parlamentares presentes, que desejavam soluções efetivas para a crise do país.

O descontentamento cresceu na medida em que Funaro tentava explicar algumas das medidas ambicionadas pelo governo para a renegociação da dívida externa e condução da economia interna, o que acabou se transformando em "frustração". Esta expressão foi utilizada pelo senador Fernando Henrique Cardoso quando entrevistado sobre o teor da "palestra" de Funaro, ainda antes do seu término.

O senador paulista afirmou que Funaro mencionou a necessidade de um crescimento econômico de 7% ao ano e maiores investimentos para o cumprimento do compromisso proposto aos credores do pagamento dos juros no período 87-91, de 8 bilhões a 11 bilhões de dólares, sem contudo ter demonstrado exatamente "como fazê-lo".

Admitindo também estar "frustrado", o deputado paranaense Hélio Duque destacou que somente com relação ao tratamento da dívida externa o ministro da Fazenda merece solidariedade, mas afirmou discordar com a não correção do imposto de renda retido na fonte, pois no período do Plano Cruzado a inflação foi de 62%. Hélio Duque discorda ainda de Funaro quanto ao prazo de renegociação dos juros da dívida, que na sua opinião deveria ser de 16 anos com 4 de carência, e propõe baixar de 4,5 para 2% do PIB a remessa de recursos aplicando a diferença em investimentos públicos, o que não chegou a ser abordado com clareza pelo ministro.

Para o deputado, a exposição de Funaro foi pouco objetiva e "nin-

guém entendeu como poderá a economia do país crescer 7% ao ano, conforme espera o governo, já que não existe um projeto interno para tal". A mesma posição foi assumida pelo deputado Roberto Brant, professor de economia brasileira e ex-presidente de bancos estaduais em Minas Gerais. "A inflação que está aí impede o crescimento desejado pelo ministro".

Renegociação

Com relação às propostas de renegociação da dívida externa contidas no item um do trabalho apresentado por Funaro, Roberto Brant admite que estão corretas. Mas contrapõe a ausência de um programa interno simultâneo, mesmo que em termos de hipóteses, para que fossem atingidos os objetivos de remessa de juros de 8 bilhões de dólares.

"Qualquer plano econômico tem que ser concebido raciocinando sob várias hipóteses, sem o qual não será possível realinhar a economia", afirmou Brant.

E enquanto o ministro falava, o burburinho crescia no auditório, refletindo o pensamento da maioria dos peemedebistas presentes que defendem o parlamentarismo e até mesmo eleições diretas para o próximo ano.

O parlamentarismo foi apontado como uma possibilidade de se promover mudanças sem o comprometimento das instituições democráticas, e se estivesse vigorando no Brasil o ministro Dilson Funaro, assim, como todo o gabinete, já teria caído com o fracasso do Plano Cruzado. Mas como em regimes presidencialistas a debandada do partido que o apóia para a oposição em maioria simples de 51% poderia caracterizar um golpe, a saída estaria em se promover eleições diretas assim que promulgada a nova Constituição brasileira.



Funaro, em reunião com o PMDB, apresenta o seu plano econômico

Desempenho do ministro satisfaz o presidente

O programa de Financiamento do Desenvolvimento Econômico no período 1987/1991, apresentado ontem pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, à bancada do PMDB no Congresso Nacional "é um plano de Governo e não apenas de um ministro", declarou ontem o secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto, ao informar da satisfação do presidente Sarney com a receptividade tida pelo projeto junto ao partido.

Sarney recebeu a notícia do apoio do Partido ao plano, não apenas por seus assessores diretos, mas também pela liderança do PMDB e pelo próprio ministro da Fazenda, que esteve com o Presidente, durante cerca de 30 minutos, logo no início da tarde, relatando para Sarney as preocupações mais particulares com a política econômica, manifestadas pelos parlamentares.

Frota Neto explicou que o Governo está trabalhando com dois tipos de projetos: um a prazo mais longo, representado pelo Plano de Metas, e que está no Congresso. E outro voltado para o ajustamento da economia aos movimentos da conjuntura, nos quais se insere o que foi apresentado ontem ao PMDB. Ainda nesta semana, disse o porta-voz oficial, foi aprovado um desses planos para a área da exportação, "mas ainda existem outras áreas que estão a exigir diretrizes semelhantes, e que deverão ser definidas em breve", observou.

Disse também que, se o Governo tiver de retirar o galinho salarial, só o fará depois de intensas negociações com trabalhadores e empregados, porque existe uma disposição no sentido de não permitir a perda de quaisquer conquistas originadas pelo Plano Cruzado I.



José Genoíno considera brandas as propostas do ministro

PT exige rigor com credor

"As medidas anunciadas pelo governo de ajustes internos da economia tendo em vista a renegociação com os credores, não apontam nenhuma mudança estrutural e tão pouco configuram um plano". A afirmativa partiu de José Genoíno, deputado petista eleito pelo Estado de São Paulo, ao criticar a exposição feita por Dilson Funaro ontem, taxando-a de moderada até mesmo no que diz respeito à moratória.

Aliás, prosseguiu, a intenção já estava explícita no telegrama enviado aos banqueiros internacionais e pretende, ainda, manter a atual situação como está por algum tempo.

José Genoíno observou que a crise chegou a tal ponto que são agora indispensáveis mudanças estruturais, principalmente com relação ao capital financeiro e a imediata suspensão do pagamento

dos juros externos. Para o petista, o plano apresentado por Funaro significa a confissão de que a gerência interna da economia tem em vista a administração da dívida externa, que continua sendo o principal ponto de estrangulamento do desenvolvimento brasileiro.

E enquanto o governo não der um "basta", o país permanecerá submetido à pressão dos banqueiros e outros monopólios.

A proposta do partido para a crise econômica surgiu da constatação de que acabou se transformando em uma crise política. E, para solucionar a primeira, deve-se resolver inicialmente a segunda.

"O arco de forças da Aliança Democrática impede mudanças estruturais necessárias sem as quais não existe uma saída para o Brasil", reafirmou José Genoíno.

"Propostas lembram Delfim"

O financiamento do desenvolvimento econômico no período 87-91, proposto por Dilson Funaro à bancada do PMDB foi analisado e criticado pelo deputado Luis Salomão do PDT-RJ.

Ex-secretário de Obras do governo Leonel Brizola, o constituinte afirmou que o plano do ministro da Fazenda é muito parecido com o anteriormente defendido por Delfim Netto, quando superministro da economia durante o milagre brasileiro.

"Trata-se de um plano de ajustamento que procura conciliar o conflito distributivo que atravessa hoje a economia brasileira envolvendo a classe trabalhadora, o setor empresarial e o financeiro", destacou.

Com isto — completou — Funaro pretende obter o respaldo necessário para uma política de financiamento externo que não passa de um exercício econômico sobre a evolução das importações, exportações e transparências para o exterior.

Na sua opinião, nada chegou a ser apresentado de concreto, principalmente no que diz respeito à moratória. A intenção — frisou — parece visar à renegociação dos juros de uma forma mais elástica para viabilizar o ingresso de 4 bilhões de dólares por ano.

O deputado acha improvável que os credores externos aceitem as propostas brasileiras baseadas em um simples exercício como este que não conta sequer, com o apoio de todos os segmentos da opinião pública.

No plano interno, o conflito distributivo está longe de ser equacionado, os assalariados estão empilhados em obter melhores salários e os empresários nos setores produtivos reivindicam maiores margens de lucro, essenciais para recuperarem as perdas absurdas que sofreram com o congelamento e o desabastecimento de matérias-primas.

Enquanto isto, outros atores — os empresários financeiros — continuam a deter enorme poder sobre a política econômica e financeira. Para Luis Salomão, dentro deste quadro, os banqueiros não serão incomodados pelo plano de Funaro.

E arrisca uma sugestão: "Se o governo quis atender aos seus objetivos de obter respaldo interno para a sua negociação externa, ao mesmo tempo, equacionar o conflito redistributivo, terá que promover reformas econômico-financeiras que reduzam a fatia do setor financeiro em benefício do setor produtivo".

Sobre os investimentos, disse, ainda, que ninguém deverá investir em atividade produtiva, como espera o governo, com taxas de juros (LBCs) a 18% ao mês.

"Mais uma vez o governo demonstra constrangimento de adotar a moratória e portanto não pode reclamar da falta de apoio da imprensa, do empresariado e dos sindicatos, ressalta Luis Salomão — um defensor da medida — atribuindo à insegurança flagrante a própria falta de legitimidade para governar.

Nove setores terão verbas e prioridade

Energia elétrica, siderurgia, transportes, armazenamento, agricultura, agroindústria, insumos básicos (química, petroquímica, fertilizantes, papel e celulose), capitalização de empresas industriais privadas e desenvolvimento tecnológico. São estas as áreas eleitas como prioritárias pelo governo para investimentos em 1987.

No setor de energia elétrica, estão previstos para este ano investimentos de Cz\$ 82,2 bilhões, dos quais Cz\$ 30 bilhões serão financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). As empresas controladas pela Eletrobrás e Itaipu investirão Cz\$ 32,2 bilhões e Cz\$ 8,8 bilhões, respectivamente, contando com o aporte de Cz\$ 18,0 bilhões do FND. Entre as aplicações estão as obras de geração e transmissão de Tucuruí, Itaparica e Xingó, a termoelétrica de J. Lacerda, em Jul, e as de transmissão de Itaipu.

No setor siderúrgico o aporte de recursos do FND será de Cz\$ 30 bilhões este ano, o que permitirá que as empresas do sistema Siderbrás recuperem a sua capacidade de financiar investimentos. Estes serão de Cz\$ 8,7 bilhões, correspondendo aos projetos em andamento. O governo prevê a adoção de uma política de preços mais realista para o setor, para a implementação de uma nova etapa de expansão da siderurgia.

As prioridades do FND para o setor de transportes estarão concentradas na modernização e ampliação do transporte urbano de passageiros sobre trilhos nas grandes cidades (trêns e metrô); no aperfeiçoamento material e operacional do transporte rodoviário de carga, bem como na ampliação, modernização e reaparelhamento dos portos, com recursos que alcançam a cifra de Cz\$ 18 bilhões.

Indústria Para o desenvolvimento industrial, a cargo da iniciativa privada, o FND destinará Cz\$ 19,5 bilhões através de empréstimos a serem concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Por este mesmo tipo de repasse, serão também alocados Cz\$ 6 bilhões para o financiamento de

projetos privados e públicos no setor de insumos básicos.

O governo considera que a área de maior importância na política de investimentos é a do desenvolvimento tecnológico. "A recessão recente dilatou a brecha tecnológica existente entre o Brasil e os países desenvolvidos. A nova etapa de crescimento do país deverá ser acompanhada de um rápido processo de absorção e criação de tecnologia", costuma repetir o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Assim, o fundo destinará Cz\$ 3 bilhões para esta finalidade este ano.

Para reforçar a política de apoio ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, o FND aplicará Cz\$ 4 bilhões através do Banco do Brasil e do BNDES. A estes recursos se juntarão mais Cz\$ 15 bilhões de capital de giro em empréstimos realizados pelos bancos comerciais, conforme medidas recentemente adotadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Agricultura Na agricultura a prioridade será para a produção e abastecimento de alimentos, que contará com recursos da ordem de Cz\$ 7 bilhões para armazenagem. Também serão investidos Cz\$ 5 bilhões na agroindústria, incluída aí a produção de equipamentos para o setor.

Estes recursos são complementares aos do Banco do Brasil, que deverá aplicar Cz\$ 50 bilhões no apoio a investimentos agrícolas, particularmente em silos e armazéns, irrigação, máquinas, equipamentos e implementos e eletrificação rural.

Este ano, as aplicações do BNDES aumentaram em 137 por cento em relação às do ano passado, chegando a Cz\$ 112,7 bilhões, dos quais 64 por cento serão destinados a financiar o setor privado. O aporte do FND será de Cz\$ 48 bilhões, dos quais Cz\$ 27 bilhões correspondem a recursos destinados exclusivamente ao setor privado.

Os investimentos do setor público deverão atingir cerca de Cz\$ 200 bilhões neste ano, computados aqueles sob a responsabilidade das empresas subordinadas à Sest e os que serão realizados pelas coligadas da Eletrobrás.

Augusto de Freitas

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, fez um ato de contrição perante a bancada do PMDB reunida ontem no auditório Petrólio Portela para cobrar-lhe a adoção de uma política econômica consistente. Não só apresentou um plano econômico — "O Financiamento do Desenvolvimento Econômico no Período 1987/1991" —, como assumiu pessoalmente a responsabilidade pelos desacertos do Plano Cruzado.

"Não sou homem de repartir o insucesso. O ministro da Fazenda quer dizer diante de seu partido que assume a inteira e total responsabilidade pela política econômica. Não permito que sejam responsabilizados companheiros do Ministério da Fazenda ou do Banco Central. Não permito que sejam responsabilizados outros ministros da área econômica. Não direi qual foi a minha posição nem direi também de meus esforços".

Funaro admitiu que, com o fracasso do Plano Cruzado, esbarrou no congelamento prolongado de preços, acompanhado de um acúmulo da demanda, impulsionado pela subida dos salários e do emprego, bem como pelo gasto público superior ao que seria adequado, acabou provocando na sociedade um estado geral de "perplexidade e insegurança". "Em um país tão heterogêneo, corporativado e desigual, quando isso ocorre tende a se impor o particularismo das reivindicações, tão mais exacerbado quanto maior o temor diante do futuro".

Insegurança

Neste quadro de insegurança, os empresários, querem remarcar preços não só para se ressarcirem do aumento de custos, mas para saltar à frente da corrida infernal de preços que prevêem: trabalhadores não pretendem anular possíveis perdas salariais e obter ganhos reais conforme a produtividade, buscando também aumentos salariais nominais que os coloquem ao abrigo da inflação futura; aplicadores financeiros provocam dos juros à frente dos preços à frente dos preços e os banqueiros tratam de subir seus "spreads" aumentando sua rentabilidade às custas do capital produtivo.

"Foi preciso acionar energicamente os instrumentos da política fiscal e monetária para impedir que a desordem econômica e

financeira se instalasse — revelou o ministro, para depois lamentar-se: "Teria sido preferível fazer um realinhamento ordenado de preços e salários, repito. Mas não tivemos outra alternativa em meio a exacerbada das reivindicações incompatíveis, que minaram a capacidade de arbitragem do estado".

Para o ministro da Fazenda, o problema, neste momento é o de garantir o crescimento. O importante era impedir que a situação econômica se transformasse num fator de prejuízo permanente ao crescimento econômico, à criação de empregos, a subida de salários reais, "como desejamos os que querem restabelecer a especulação financeira, o desemprego, a recessão, o arrocho salarial e a volta à subserviência externa. Hoje posso dizer que o perigo de hiperinflação está atenuado".

Promessa

Aos agricultores, especificamente, Funaro assegurou: 1) não faltarão recursos para a compra da safra agrícola. Mais ainda, haverá automaticidade na liberação dos pagamentos; 2) os recursos captados no valor de Cz\$ 10 bilhões, pela Caderneta Rural do Banco do Brasil serão imediatamente aplicados; 3) serão aumentadas as exigibilidades agrícolas dos bancos comerciais; 4) serão imediatamente executados programas de consolidação e refinanciamento das dívidas dos agricultores que se fizerem necessários, quer no que diz respeito ao custeio, quer no que tange ao investimento, a prazo e juros compatíveis.

O ministro aproveitou seu depoimento à bancada do PMDB para dar um recado aos partidos de oposição ao governo: "É preciso dizer alto e bom som que o remédio para nossos males não é a volta à política econômica da Velha República, que propõem ao país os saudosistas? Propõem o que praticaram: recesso, desemprego, arrocho salarial, saldos comerciais insustentáveis, monitoramento do FMI".

"E eu pergunto — continuou Funaro: não teriam ainda percebido que foi por isto que o povo lhes retirou do poder? Será que não se deram conta dos anseios populares expressos tão recentemente? Ou pretendem com o incômodo à insubordinação, com a crítica destrutiva e até com infâmias apenas destabilizar o governo para replantar o arbítrio".

PMDB apóia mas quer impor o seu programa

Aylé-Salassit

O presidente José Sarney conseguiu ontem, através do depoimento do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, o apoio de toda a bancada federal do PMDB para as novas diretrizes do programa econômico do governo, para as áreas interna e externa, mas o ministro Funaro deixou a reunião comprometido em fazer cumprir as teses do partido na área da economia.

Ao longo de três horas de debate, não houve um parlamentar sequer que se manifestasse, em plenário, contra o projeto do governo, intitulado "Financiamento do Desenvolvimento Econômico, 1987-1991", entregue com antecedência à direção do PMDB, e muito menos contra a permanência de Funaro frente ao Ministério da Fazenda, centralizando poderes na área econômica.

Contudo, falando em nome da Executiva do PMDB e procurando refletir o sentimento de algumas bases partidárias, o senador Afonso Camargo concluiu o período de interperações ao ministro com a seguinte cobrança: "V. Exa tem responsabilidade de reconquistar a opinião pública, e não apenas o PMDB".

Afonso Camargo cobrou do ministro o afastamento do governo das diretrizes econômicas do partido, sugerindo-lhe uma autocrítica pública pelos erros e omissões cometidos na execução da política econômica, e pedindo-lhe que indicasse os nomes daqueles que conduziram o país à aventura da "inflação zero", do "congelamento total" e pela elevação da LBC acima dos 20 por cento, quando a inflação se situava em 14 por cento.

Funaro vai à Televisão

Funaro, que se apresentou para o depoimento como um ministro do PMDB e que, em diversas ocasiões do debate, se apresentou nessa condição, absorveu a observação do ex-ministro dos Transportes não apenas como uma advertência, mas também como um conselho: "O Sr. tem razão, senador, o PMDB é um partido de debate e irei para a televisão discutir os problemas econômicos brasileiros com profundidade que eles requerem".

O senador Nelson Vadekin e o deputado Irajá Pimentel colocaram para o plenário a importância de apoio ao ministro Dilson Funaro nesse momento, quando "os credores internacionais e os especuladores internos pedem o seu afastamento".

A tese dos dois parlamentares peemedebistas foi reforçada pelo discurso de conclusão do encontro feito pelo deputado Ulysses Guimarães, ao afirmar que "as teses definidas pelo ministro Dilson Funaro estão incrustadas no

programa do PMDB", e que ele, Funaro, teve a coragem de defender mudanças estruturais no comportamento das autoridades econômicas brasileiras.

Disse o presidente do PMDB que o programa econômico que estava sendo apresentado ao partido seria remetido a todos os prefeitos, vereadores, deputados e governadores nos estados, pedindo-lhes a abertura de debates sobre as questões postas no documento.

Juros e Banqueiros

O ministro foi insistentemente interpelado, durante os debates, sobre a questão dos juros elevados e o tratamento privilegiado dispensado aos banqueiros. Funaro respondeu a essas questões dizendo que os banqueiros serão cobrados pelo Banco Central numa reunião na próxima semana, com as lideranças da Federação dos bancos. Eles serão intimados a cobrar taxas de juros compatíveis com o mercado. Disse também que os recursos a custo privilegiado para pequenas e médias empresas, repassados aos banqueiros privados, serão imediatamente recolhidos pelo Banco Central. Se eles não os aplicarem em cinco dias.

Justificou ainda a importação de milho e arroz — cujas partidas ainda estão chegando nos portos brasileiros — como um erro de avaliação três governadores dos estados do Sul: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Greves e Salários

O ministro Almir Pazzianoto, do Trabalho, mereceu uma ligeira crítica de Funaro, quando, ao responder à pergunta de um parlamentar sobre o problema das greves, disse que "o Brasil caminha para ter todos os problemas salariais dos trabalhadores resolvidos pela greve". São 2.500 greves nos últimos dois anos, e nos últimos dias, com a greve dos marítimos e dos bancários, todos os negócios internos e externos do Brasil foram paralisados no país, informou. "É preciso inverter isto, a greve é importante, mas precisa ser precedida de uma intensa negociação".

A atual administração do Banco do Brasil foi também acusada indiretamente pelo ministro de pretender gerar lucros altos para a instituição que, segundo ele, "não devia ter lucro algum". Entende que "o Banco do Brasil não pode ter lucros exagerados por causa dos salários dos funcionários".

Sobre as mudanças na política salarial, Funaro foi dúbio: informou que o "galinho" era uma conquista dos trabalhadores, mas na frente admitiu a possibilidade de uma mudança na política salarial, ao informar que cabia à Constituição manter o regime do "galinho".